



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 91/2020

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1870/2020

Data: 03/07/2020 - Horário: 09:15
Legislativo

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que trata da alteração de dispositivos da Lei nº 2.708/2008, que regulamenta o Adicional de Insalubridade.

O objetivo do presente Projeto tem por premissa, estabelecer nova Base de Cálculo da insalubridade a ser paga aos servidores municipais.

Cumprе destacar, que a presente propositura, são pelos mesmos motivos já expostos, ou seja, em decorrência do grande número de ações junto ao Judiciário, devido à inconstitucionalidade atribuída à legislação local, mais especificamente, ao contido no § 2º do art. 68da Lei nº 1.245/93.

Enfim, mostra-se oportunamente necessária, a efetiva alteração da Lei em comento, afim de, dar amparo legal à matéria, que tem gerado insegurança jurídica, e consequentemente resultado negativos em ações judiciais.

Para tanto, anexamos o impacto financeiro orçamentário em decorrência do anexo projeto de lei:

GRAUS INSALUBRIDADE	Nº SERV	VALOR	VALOR
MÍNIMO	0	110,00	
MÉDIO	445	220,00	97.900,00
MÁXIMO	156	440,00	68.640,00

ANO	IMPACTO - (R\$)	% RCL
2020	1.330.932,17	0,42%
2021	2.327.229,96	0,73%
2022	2.373.774,56	0,75%
* RCL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ANO 2020 – CÁLCULO PROPORCIONAL A 7 MESES 6 COMPETÊNCIAS + GRATIFICAÇÃO NATALINA		

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	318.023.120,26
ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL ATUALIZADO	42,34%
LIMITE DE ALERTA	48,60%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE CONSTITUCIONAL MÁXIMO	54,00%



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JUNHO/2019 A MAIO/2020

SITUAÇÃO ATUAL

SERVIDORES QUE RECEBEM COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO (PREVISÃO ATUAL DO ESTATUTO DO SERVIDOR – LEI Nº 1245/93)		
QUANTIDADE DE SERVIDORES	% S.M.	VLR.PAGO
330	20%	209,00
140	40%	418,00

COM BASE NO VENCIMENTO (CONDENAÇÕES JUDICIAIS)		
QUANTIDADE DE SERVIDORES	% VENCIMENTO	MÉDIA VLR PAGO
104	20%	710,37
15	40%	702,93
MAIOR VALOR PAGO A UM SERVIDOR – R\$ 4.274,98		
MENOR VALOR PAGO A UM SERVIDOR – R\$ 242,85		

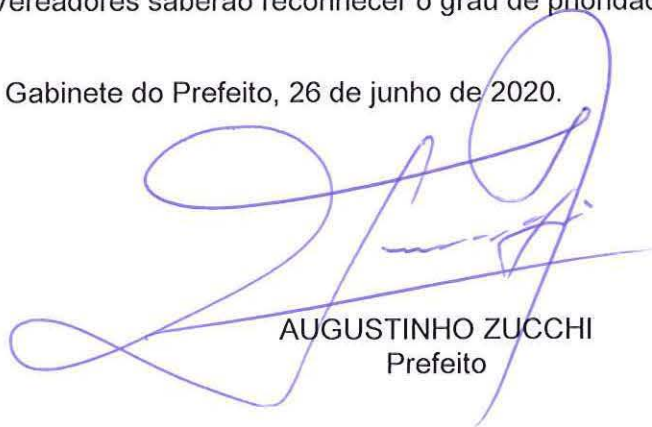
MÉDIA DE PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		
INCIDÊNCIA SALÁRIO MÍNIMO	470	267,71
INCIDÊNCIA VENCIMENTO(JUDICIAL)	119	709,43
MÉDIA GERAL	589	356,96

DEPOIS DA APROVAÇÃO DO PROJETO

MÉDIA GERAL	589	261,17
-------------	-----	--------

Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Egrégia Casa, estamos certos de que os Senhores Vereadores saberão reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação.

Gabinete do Prefeito, 26 de junho de 2020.


AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito





PROJETO DE LEI Nº 123 /2020

ALTERA E INCLUIDISPOSITIVOS À LEI MUNICIPAL Nº 2.708, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º A Lei Municipal nº 2708, de 11 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º [...]”

- I. Para os casos de insalubridade, o adicional será pago ao funcionário ou servidor de acordo com a classificação nos graus Máximo, Médio e Mínimo, correspondendo, respectivamente, aos seguintes valores:
 - a) Grau Máximo: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais);
 - b) Grau Médio: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais); e
 - c) Grau Mínimo: R\$ 110,00 (cento e dez reais).
- II. para os casos de periculosidade e penosidade em 30% (trinta por cento).

§ 9º. O valor do adicional, a que se refere o inciso I, será reajustado, anualmente, no mês de março, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

(NR)

Art. 4º Ficam adotadas as Normas Regulamentadoras - NRS, seus anexos e quadros, aprovados pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que não conflitem com a presente Lei e com as disposições da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e alterações posteriores, quanto aos critérios de:

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 2.708, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006.

Súmula: Altera o artigo 68 e regulamenta o artigo 70, da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, estabelecendo os percentuais para pagamento de adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade de que trata o artigo 68 da mesma lei e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta lei regulamenta o Art. 70 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, estabelecendo os índices aplicáveis para fins de pagamento de adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade para os servidores públicos municipais estatutários.

Art. 2º. O Art. 68 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, farão *jus* a um adicional.

§ 1º. Para os casos de penosidade e periculosidade, o adicional incidirá sobre o salário base, excluídas as gratificações e prêmios.

§ 2º. Para os casos de insalubridade, o adicional incidirá sobre o salário mínimo vigente no país.”

Art. 3º. Os adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade de que trata o Art. 68, da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, serão calculados e percebidos com base nos seguintes percentuais:

I – para os casos de insalubridade, em 10 (dez), 20 (vinte) e 40% (quarenta por cento), no caso de graus mínimo, médio e máximo, respectivamente;

II – para os casos de periculosidade e penosidade em 30% (trinta por cento).

§ 1º. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas de Medicina Ocupacional, far-se-ão através de Laudo Técnico de Avaliação Ambiental, a cargo do Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, designados especificamente para esta finalidade.

§ 2º. A caracterização da penosidade será efetuada pelo Técnico de Segurança no Trabalho e Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, conjuntamente com o Órgão de Recursos Humanos.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



§ 3º. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

§ 4º. São consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que por sua natureza ou método de trabalho, impliquem em condições de risco acentuado.

§ 5º. São consideradas atividades penosas o trabalho árduo, difícil, molesto, trabalhoso, incômodo, rude e que exige a atenção constante e vigilância acima do comum, que por força da natureza das próprias funções ou de fatores ambientais, provoquem uma sobrecarga física ou psíquica.

§ 6º. Compete ao Órgão de Recursos Humanos e ao SESMT controlar e fiscalizar a concessão dos adicionais previstos nesta lei, podendo suspender o pagamento sempre que constatar qualquer irregularidade.

§ 7º. O pagamento dos adicionais cessará quando constatada a eliminação ou neutralização da penosidade, insalubridade ou risco de vida.


§ 8º. Os laudos técnicos ou periciais serão emitidos por lotação, de acordo com a estrutura organizacional.

Art. 4º. Ficam adotadas as Normas Regulamentadoras – NRS, seus anexos e quadros, aprovados pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, quanto aos critérios de:

- I) Classificação dos Agentes e Métodos de Avaliação Ambiental;
- II) Métodos de orientação e normas quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva;
- III) Forma de funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- IV) Demais procedimentos relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, que não conflitem com a presente lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 11 de dezembro de 2006.


ROBERTO VIGANO
Prefeito Municipal

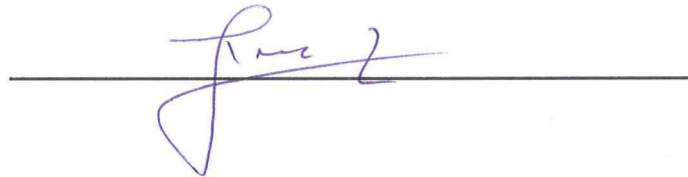


CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº** 123/2020.

Pato Branco, 7/07/2020



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / rozane@patobranco.pr.leg.br





Projetos de Lei nº 122/2020 e 123/2020
Autoria: Executivo Municipal

PARECER JURÍDICO

O Poder Executivo, por meio das Mensagens nº 90/2020 e 91/2020, propôs os projetos de lei em epígrafe numerados, que têm por finalidade a alteração da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos municipais, da administração direta, autárquica e fundacional do Município de Pato Branco e, por consequência, da Lei nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006.

A alteração diz respeito ao instituto do adicional de insalubridade, a fim de amoldá-lo conforme a jurisprudência pátria, evitando, assim, condenações judiciais desproporcionais e com valores absurdos, o que onera desnecessariamente os cofres públicos.

Ambas as propostas vêm devidamente justificadas.

É o sucinto resumo. Passa-se à análise jurídica dos Projetos.

Destaca-se que as propostas serão analisadas de forma conjunta, porquanto uma complementa a outra, pois a aprovação do PL 122 é condição para a análise do PL 123, de sorte que, caso reprovado, a deliberação do último fica prejudicado.

Destarte, recomenda-se que ambos tramitem conjuntamente, inclusive com a distribuição para o mesmo relator.

O aspecto de iniciativa das proposições encontra arrimo nos arts. 32, §2º, II e 47, VII, da Lei Orgânica do Município, que apresentam as seguintes redações:

Art. 32. [...]

§2º São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal leis que disponham:
[...]

II – servidores público do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos.

Art. 47. Compete ao Prefeito: [...]

VII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei.





Pois bem. Analisaremos preambularmente o PL 122/2020

As justificativas inseridas na mensagem dão conta da necessidade da alteração legislativa almejada, no que concerne à sistemática de pagamento do adicional de insalubridade.

A redação atual do §2º, do art. 68, da Lei nº 1.245/1993 é a seguinte:

Art. 68. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, farão *jus* a um adicional.

[...]

§ 2º. Para os casos de insalubridade, o adicional incidirá sobre o salário mínimo vigente no país.

Com a alteração ora pretendida, está-se retirando do texto legal o indexador salário mínimo – em virtude da Súmula 4, do STF¹ – e prevendo que o pagamento do adicional de insalubridade se dará na forma da lei, determinando-se, destarte, que haverá regulamentação para tanto.

Neste sentido é que se serve o PL 123/2020, vale dizer, como norma regulamentadora do §2º, do art. 68, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

A fundamentação desmerece maiores digressões a respeito, porquanto a própria mensagem é autoexplicativa, na medida em que "pipocaram" ações judiciais condenatórias em face da Municipalidade, com o objetivo de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do atual §2º, do art. 68, com supedâneo na Súmula 4, do STF, firmando-se o entendimento que a base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário-base do servidor.

Logicamente que as diversas ações condenatórias vêm onerando sobremaneira os cofres públicos, na medida em que a sua grande maioria é decorrente de servidores lotados na Saúde, que, boa parte, apresenta vencimentos-base vantajosos,

¹ Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO



fazendo-se com que os valores de insalubridade, se aplicáveis percentuais sobre os mesmos, resultam em quantias consideráveis.

Neste diapasão, adentramos no PL 123, que basicamente pretende regulamentar de que forma se dará o pagamento dos adicionais de insalubridade aos servidores públicos municipais.

O Executivo, com a proposição em tela, optou em determinar valores certos e determinados para os casos de insalubridade, conforme o grau e a exposição ao agentes nocivos.

A proposta, além de trazer segurança jurídica ao Departamento de Recursos Humanos do Município, torna efetivos os princípios da impessoalidade e da isonomia, porquanto trata os iguais em situações exatamente iguais, com verdadeira imparcialidade que reclama o trato da coisa e do interesse público.

Com relação aos valores fixados no projeto de lei percebe-se que o Executivo Municipal pegou por base o valor do salário mínimo vigente, aplicando-se os respectivos percentuais de 10%, 20% e 40%.



Portanto, sem delongas, havendo competência material por parte do Executivo para propor leis que tratem de servidores públicos, bem como atende os princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade, além de trazer segurança jurídica ao Município, somos favoráveis aos projetos de lei em tela, devendo seguir normal tramitações regimentais, para que após sejam levados à Plenário para as devidas discussões e votações das proposições.

É o parecer.

Pato Branco, 14 de julho de 2020.

Luciano Beltrame
Procurador Legislativo


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico

 Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
 (46) 3272 - 1500
 <http://www.patobranco.pr.leg.br>





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 123/2020.

Pato Branco, 15/07/2020.

Fabricio Preis de Mello - PSD

Presidente

Relator: José de Bernardi

Data: 15/07/2020





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2181/2020
Data: 22/07/2020 - Horário: 10:25
Legislativo - PCRJ 41/2020

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 123/2020

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei.
ORIGEM: Executivo Municipal.
PROPONENTE: Executivo Municipal
RELATOR: Vereador Joecir Bernardi - PSD

SÍNTESE

Através do Projeto de Lei nº 123/2020 e Mensagem nº 91/2020, o Executivo Municipal propõe alterar dispositivos da Lei nº 2.708/2008, que regulamenta o Adicional de Insalubridade.

RELATÓRIO

Através da Mensagem nº 91/2020 o Executivo Municipal propõe alterar dispositivos da Lei nº 2.708/2008, que regulamenta o Adicional de Insalubridade.

O objetivo do presente projeto de lei, tem por premissa, estabelecer nova Base de Cálculo da Insalubridade a ser paga aos servidores municipais.

Cumprе destacar, que a presente propositura, são pelos mesmos motivos já expostos, ou seja, em decorrência do grande número de ações junto ao judiciário, devido à inconstitucionalidade atribuída à legislação local, mais especificadamente, ao contido no § 2º do art. 68 da Lei nº 1.245/93. É oportunamente necessária, a efetiva alteração da Lei em comento, afim de dar amparo legal à matéria, que tem gerado insegurança jurídica, e consequentemente resultado negativos em ações judiciais.

O Executivo, com a proposição em tela, optou em determinar valores certos e determinados para os casos de insalubridade, conforme o grau e a exposição aos agentes nocivos.

A proposta, além de trazer segurança jurídica ao Departamento de Recursos Humanos do Município, torna efetivos os princípios da impessoalidade e da isonomia, porquanto trata os iguais em situações exatamente iguais, com verdadeira imparcialidade que reclama o trato da coisa e do interesse público.

CONSIDERANDO que a proposição está plenamente fundamentada o Relator da Comissão de Justiça e Redação, após análise criteriosa da matéria, concluiu por emitir parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em tela. E que após seja encaminhado ao setor competente para prosseguimento, apreciação e deliberação em Plenário.

É o Relatório.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



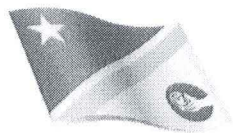
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1502



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorjoecir@patobranco.pr.leg.br



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



CONCLUSÃO

Concluimos por emitir parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei nº 123/2020.
s.m.j.

Pato Branco, 20 de julho de 2020.


Joecir Bernardi – PSD
Membro/Relator


Marines Boff Gerhardt – PSDB
Membro


Amilton Maranoski - PL
Membro


Rodrigo José Correia – Podemos
Membro


Fabricio Preis de Mello - PSD
Presidente/Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 123/2020.

Pato Branco, 22/07/2020.



Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD
Presidente

Relator: Fabúcio Brás de Mello

Data: 22/07/2020





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco



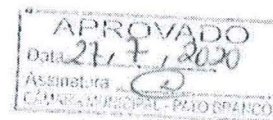
PROTOCOLO GERAL 2194/2020
Data: 23/07/2020 - Horário: 13:59
Legislativo - REQ 1397/2020



GABINETE DO VEREADOR FABRICIO PREIS DE MELLO - PSD

Excelentíssimo Senhor
Moacir Gregolin
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 1397/2020





Convidam o Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Pato Branco, Adriano Pagnoncelli, para participar de uma reunião a ser realizada no dia 29 de julho, para falar sobre os Projetos de Lei nº 122/2020 e 123/2020, que tratam sobre o adicional insalubridade dos servidores públicos municipais.

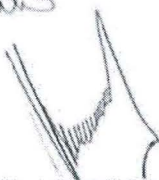
Os vereadores infra-assinados, **Claudemir Zanco - PL**, **Fabricio Preis de Mello - PSD** e **Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD**, integrantes da Comissão de Políticas Públicas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, convidam o Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Pato Branco, Adriano Pagnoncelli (R. Caramuru, 271 - Centro, Pato Branco - PR, 85501-060), para participar de uma reunião a ser realizada no dia 29 de julho, após término da sessão legislativa, para falar sobre os Projetos de Lei nº 122/2020 e 123/2020, que tratam sobre o adicional insalubridade dos servidores públicos municipais.

Na oportunidade, solicitamos na reunião, a documentação referente ações judiciais contra o município, detalhando o cargo dos servidores, e decisões proferidas.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 23 de julho de 2020.


Fabricio Preis de Mello
Vereador - PSD


Claudemir Zanco
Vereador - PL


Ronalce Moacir Dalchiavan
Vereador - PSD



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorfabricio@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR FABRICIO PREIS DE MELLO - PSD

Câmara Municipal de Pato Branco

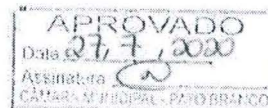


PROTOCOLO GERAL 2195/2020
Data: 23/07/2020 - Horário: 14:00
Legislativo - REQ 1398/2020



Excelentíssimo Senhor
Moacir Gregolin
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 1398/2020

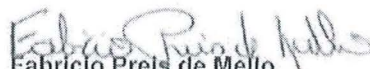



Convidam o Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Pato Branco, Nélcio Renato Alves Ferreira, para participar de uma reunião a ser realizada no dia 29 de julho, para falar sobre os Projetos de Lei nº 122/2020 e 123/2020, que tratam sobre o adicional insalubridade dos servidores públicos municipais.


Os vereadores infra-assinados, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD, integrantes da Comissão de Políticas Públicas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, convidam o Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Pato Branco, Nélcio Renato Alves Ferreira (Rua Travessa Borges, 194, ao lado da APAE, Telefone: 3224-6441/ 99122-3929), para participar de uma reunião a ser realizada no dia 29 de julho, às 16h:00, para falar sobre os Projetos de Lei nº 122/2020 e 123/2020, que tratam sobre o adicional insalubridade dos servidores públicos municipais.



A presença do Presidente do Sindicato na reunião é de suma importância, para que possamos ouvir a classe sobre as alterações propostas pelo Poder Executivo.


Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 23 de julho de 2020.


Fabricio Preis de Mello
Vereador - PSD


Claudemir Zanco
Vereador - PL


Ronalce Moacir Dalchiavan
Vereador - PSD

 Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
 (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1520

 <http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorfabricio@patobranco.pr.leg.br





ATA Nº 13/2020 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 22 dias do mês de julho de 2020, às 15h00, no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas Claudemir Zanco - PL, Fabrício Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD (Presidente) e os assessores parlamentares Andrea Barão, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão e que estão sob a relatoria destes vereadores. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em: emitir parecer favorável à tramitação do **projeto de lei ordinária nº 100/2020**, que autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Parceria, ajuste e convênio com o Município de Pato Branco junto a Sociedade Garantidora de Crédito do Sudoeste do Paraná - Garantisudoeste e alocar recursos em conta corrente específica, a título de garantia de financiamento concedidos por instituições financeiras, em convênio com a Garantisudoeste; e emitir parecer favorável ao **projeto de lei ordinária nº 30/2020**, que Institui a Semana de Combate às Fake News no Município de Pato Branco. Após, o vereador Fabricio, relator dos **projetos de lei ordinária nº 122 e 123/2020**, que altera § 2º do art. 68 da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências; e que altera e inclui dispositivos à Lei Municipal nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências, respectivamente, informou que convidará o servidor Adriano, do setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para participar de uma reunião na Câmara Municipal para esclarecer algumas dúvidas a respeito das matérias, antes de exarar seu parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 22 de julho de 2020.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD
Presidente

Fabrício Preis de Mello
Fabrício Preis de Mello – PSD
Membro

Claudemir Zanco - PL
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco

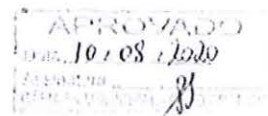


PROTOCOLO GERAL 2461/2020
Data: 10/08/2020 - Horário: 09:28
Legislativo - REQ 1699/2020



GABINETE DO VEREADOR FABRICIO PREIS DE MELLO - PSD

Excelentíssimo Senhor
Moacir Gregolin
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



REQUERIMENTO Nº 1599/2020

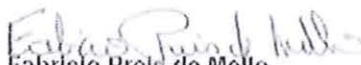
Requer informações sobre o **Projeto de Lei nº 122/2020**, que altera o § 2º do Art. 68 da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como o **Projeto de Lei nº 123/2020**, que altera e inclui dispositivos à Lei Municipal nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O vereador infra-assinado, Fabricio Preis de Mello – PSD, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao **Executivo Municipal**, solicitando para que através do departamento competente, envie informações sobre o **Projeto de Lei nº 122/2020**, que altera o § 2º do Art. 68 da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como o **Projeto de Lei nº 123/2020**, que altera e inclui dispositivos à Lei Municipal nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

- Número de ações movidas contra o município de Pato Branco, entre o ano de 2013 até a presente data, referente às atividades insalubres;
- Número de ações que o município foi condenado a pagar, entre 2013 até a presente data, e qual o montante;
- Número de ações que aguardam julgamento;

Justifica-se o pedido, para melhor entendimento das matérias que tramitam no legislativo.


Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 20 de julho de 2020.


Fabricio Preis de Mello
Vereador – PSD



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1520

 <http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorfabricio@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR FABRICIO PREIS DE MELLO - PSD

Câmara Municipal do Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3299/2020
Data: 06/10/2020 - Horário: 15:29
Legislativo - REQ 2101/2020



Excelentíssimo Senhor
Moacir Gregolin
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 2101/2020



Requer ao Executivo Municipal informações sobre o Projeto de Lei nº 122/2020, que altera o § 2º do art. 68 da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como o Projeto de Lei nº 123/2020, que altera e inclui dispositivos à Lei Municipal nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências.


O vereador infra-assinado, Fabricio Preis de Mello – PSD, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento competente, envie informações abaixo elencadas sobre o Projeto de Lei nº 122/2020, que altera o § 2º do art. 68 da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como o Projeto de Lei nº 123/2020, que altera e inclui dispositivos à Lei Municipal nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

- Números de ações movidas contra o município de Pato Branco, entre o ano de 2013 até a presente data, referente às atividades insalubres;
- Número de ações que o município foi condenado a pagar, entre 2013 até a presente data, e qual o montante;
- Número de ações que aguardam julgamento;

Justifica-se o pedido, tendo em vista que continua aguardando respostas do Projeto de Lei nº 122/2020, e Projeto de Lei nº 123/2020.

OBS.: Os Projetos de Lei nº 122/2020 e nº 123/2020 na íntegra pode ser acessado através do portal eletrônico: <https://www.patobranco.pr.leg.br> - No menu: Processo Legislativo - Ícone: Matérias Legislativas - Projeto de Lei.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 6 de outubro de 2020.


Fabricio Preis de Mello
Vereador – PSD



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1520

<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorfabricio@patobranco.pr.leg.br





MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



Ofício nº 01/2020/DG

Pato Branco, 16 de outubro de 2020.

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3387/2020
Data: 16/10/2020 - Horário: 16:08
Administrativo

Senhor Presidente,

Encaminhamos resposta relativa ao Requerimento nº 1.599, constante no Ofício nº 440/2020-DL, de 11 de agosto de 2020.

Respeitosamente,

ÊNIO RUARO

Diretor de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor
MOACIR GREGOLIN
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR



Município de Pato Branco
Procuradoria Geral

Ofício nº 354/2020

Pato Branco, 15 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Presidente

Sr. Moacir Gregolin

Câmara Municipal de Vereadores

Assunto: Prazo para Resposta ao Requerimento nº 1599/20

Prezado Presidente,

O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Augustinho Zucchi, por meio de seu procurador ao final subscrito, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer prazo suplementar de 15 (quinze) dias, para dar resposta ao Requerimento de nº 1599/2020 – Processo Administrativo nº 2020/08/421998, de autoria do Vereador Fabrício Preis de Mello, considerando que cada processo necessita ser analisado individualmente.

Desde já, renovo os protestos de estima e consideração.


Vanderlei Ribeiro da Silva
Procurador Jurídico
OAB/PR: 62.881



Pato Branco, 28 de setembro de 2020.

Ref.: Projeto de Lei 123/2020.

Senhor Presidente e demais vereadores,

Os Servidores Públicos Municipais de Pato Branco abaixo assinados, vem manifestar **CONSIDERAÇÕES** referente ao **Projeto de Lei 123/2020**, que altera e inclui dispositivos à Lei Municipal nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências e **SUGERIR** o que segue:

Considerando intenção do executivo municipal expressada a esta Câmara de Vereadores ainda por meio do documento emitido Mensagem nº 90/2020” que submete o Projeto de Lei nº 122/2020 que prevê alterar o § 2º do Art. 68 da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências. A proposta solicita parecer dos vereadores a fim de alterar o dispositivo citado para amparar o município legalmente, visto que este alega insegurança jurídica com o texto e o consequente resultado de ações judiciais. Isso porque o § 2º prevê que o adicional de insalubridade incidirá sobre o salário mínimo vigente (Redação dada pela Lei nº 2.708, de 11.12.2006). O documento enviado a câmara apresenta exemplos de decisões judiciais que referem a inconstitucionalidade do cálculo sobre salário mínimo e assim servidores que recorrem ao judiciário para regularizem suas insalubridades sobre outra fórmula tem obtido êxito nas ações. No documento segue o referido Projeto de Lei nº 122/2020 que apresenta a proposta de alteração referindo que o § 2º do art. 68 da Lei Municipal 1.245/93 passaria a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida fazem jus a um adicional, na forma da Lei”.

Na sequência tem-se então o projeto de lei 123/2020 que altera e inclui dispositivos à lei municipal nº2.708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras Providências. Art. 1º A Lei Municipal nº 2708, de 11 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º [...]

I. Para os casos de insalubridade, o adicional será pago ao funcionário ou servidor de acordo com a classificação nos graus Máximo, Médio e Mínimo, correspondendo, respectivamente, aos seguintes valores:

- a) Grau Máximo: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais);
- b) Grau Médio: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais);
- c) Grau Mínimo: R\$ 110,00 (cento e dez reais).

II. para os casos de periculosidade e penosidade em 30% (trinta por cento).

Assim, nós servidores públicos municipais, vimos por meio deste fazer algumas indagações aos referidos vereadores na certeza de que suas ponderações nos esclarecerão de forma mais transparente os objetivos do executivo e quais são os alinhamentos da referida casa de leis. Principalmente no sentido de abrir discussão para o caso de um número expressivo de servidores que se encontram com adicional de insalubridade sobre o vencimento salarial por ações judiciais que tramitaram desde 2013, e que não tendo êxito nos diálogos com executivo e trabalhando com adicional irregular na época, buscaram a resolução desta situação.

Nos preocupa que atualmente com aprovação desta lei que passa então a estabelecer valores fixos para insalubridade, nós servidores mesmo já usufruindo da decisão judicial possamos ter a insalubridade alterada novamente por essa nova lei caso vigente. Temos ciência que a Lei nº 2. 708, de 11 de dezembro de 2006 precisa ser modificada no que se refere ao salário mínimo, mas é possível a elaboração de um texto que não prejudique aqueles que outrora tiveram que por "conta própria" buscar um recebimento justo do adicional de insalubridade recorrendo ao único meio que tiveram suas queixas observadas, no caso, o poder judiciário. Sobre o tema

apresentado aqui, pensa o legislativo em amparar estes servidores ressaltando no texto base da lei a segurança de que não terão prejuízo em sua folha de pagamento quando aprovada a lei?

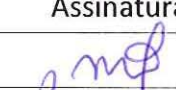

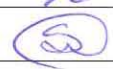
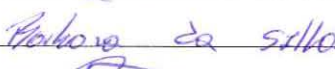
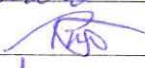
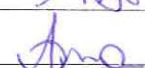

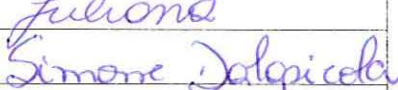
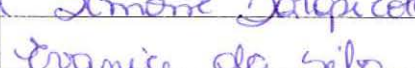
Desse modo, **pretende sugerir a EMENDA ADITIVA ao Projeto de Lei nº 123/2020**, inserindo onde couber a seguinte redação:

“Para os servidores que já dispõe o adicional de insalubridade sob outros critérios de cálculo, como salário base, amparados por decisão judicial quando o cenário era de inconstitucionalidade, no caso, sobre o salário mínimo, a presente lei não deve retroagir em desfavor dos mesmos. Deve a nova lei ser aplicada para corrigir todos adicionais ainda irregulares apenas, bem como para quaisquer novas contratações de servidores da data da publicação em diante”.

Sendo o que apresentava, subscrevemo-nos e colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Excelentíssimo Senhor
Moacir Gregolin
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – Paraná

	Nome	Assinatura
1	Max Dehneudski	
2	Lidiane F. de Fato	
3	Coeli de F. Maranetski	
4	Roberta da Silva	
5	Rosa Maria B. da Silva	
6	Ana Elize Ribeiro	
7	Fulviana Segurido	
8	Simone de Fatima Dalpicola	
9	Evamice da Silva	

46-999171106

10	Joseli de Souza Machado de Almeida	Joseli de Souza Machado de Almeida.
11	Clotilde Furara C. dos Reis	Clu
12	Jaiani Calistro	Jaiani Calistro
13	Guacib Ap. Eduni de Chaves	Guacib Ap. de Chaves
14	Carolina da Silva Cerqueira	Berquerina
15	Nelli de Fátima Rossi	
16	D. J. C. A. Diveras	D. J. C. A. Diveras
17	Juciane Igar de Almeida	Juciane Igar de Almeida
18	Janete Ap. Santos Ramos	
19	Adriane Terezinha Girilli	Adriane Terezinha Girilli
20	Gislê Patrino de Bastiani	Gislê P. de Bastiani
21	Andressa Zini	Andressa Zini
22	Silvane F. Almeida	Sulfa
23	BRUNO HENRIQUE COLOMBO VESSORI	BRUNO VESSORI
24	Alexandra Farias Kichel	Alexandra F. Kichel
25	Suelen da Silva	Suelen da Silva
26	Solange MA. Ballar	Solange
27	Regiane de Souza	Regiane de Souza
28	Terezinha F.F. Santos Tondello	Terezinha
29	Paulo Roberto AVELAS	J. L. C.
30	Joceline Formais	
31	Emelly Aquino dos Santos	Emelly Aquino
32	Clayza Helina Garda	Clayza H. Garda
33	Alon Raimundo de Silva	
34	Kelly Bernardi Guimarães	Kelly Guimarães
35	Dionora Rê	D. R.
36	Veridiana Tischer	
37	Marcimely J. P. Munzinger	Marcimely
38	Patience Dal Piva Sencoski	J.
39	Zenito Fabricio Bianchessi	
40	Keilo do Costa Peixoto	Keilo Peixoto
41	Yaine Z. Rato	Yaine Z. Rato
42	Simone Ap. Araujo Souza	Simone Ap. Araujo Souza
43	Juliane Pires Johana	Jupipo

44	Mozulo Valiato	
45	Soma M. Pagnanelli	
46	Dandineio Krot	Dandineio Krot
47	Rafaela Ulber da Rosa	Rafaela Ulber
48	Nélia Licio Rocha	Nélia Licio Rocha
49	Luciano de F.A. Boorbozo	Luciano de F.A. Boorbozo
50	Mark S de Lúio	Mark S de Lúio
51	Indianaro Tais Bongo	Indianaro Tais Bongo
52	Claudia Neves	Claudia Neves
53	Alisandra Farias Philippen	Alisandra Farias Philippen
54	Steve S. Menegon	Steve S. Menegon
55	Karimur C. Redivo	Karimur C. Redivo
56	Patricia Thomazi	Patricia Thomazi
57	Salvo Augusto Ferri	Salvo Augusto Ferri
58	Maria Pacheco Hartmann	Maria Pacheco Hartmann
59	Adelaide John Gomes de Silva	Adelaide John Gomes de Silva
60	uprilene Seifin	uprilene Seifin
61	Silvanio de Agostinho Busselaro	Silvanio de Agostinho Busselaro
62	GRASIELA MASS REIS	Graciela Mass Reis
63	Rosana T. Andreotta	Rosana Andreotta
64	Adriano Sulzboch	Adriano Sulzboch
65	Alessandra L. Rauch	Alessandra L. Rauch
66	Sandra de Fatima Motes Busin	Sandra de Fatima Motes Busin
67	Crustiane Lúio	Crustiane Lúio
68	Grosula de Anaid	Grosula de Anaid
69	Kelly Mari Delf	Kelly Mari Delf
70	Denise Bueno de Oliveira	Denise B. de Oliveira
71	Celi Terezinha Cardoso	Celi T. Cardoso
72	Marivone da Rosa	Marivone da Rosa
73	Silvoni Aparecido Romi Vinski	Silvoni Romi
74	Dalila Aparecida Delorski	Dalila A. Delorski
75	AGEU ANTONIO GUERRA	Ageu Antonio Guerra
76	Kamila Sedossani Lorigut	Kamila S. Lorigut
77	Aucimar S. Santos Benato	Aucimar S. Santos
78	Mônica Andrade Mysogek	Mônica A. Mysogek
79	FRANCYANNE Koch	Francyanne Koch
80	Eselli Erickeiz Trindade	Eselli Erickeiz Trindade
81	RODOLFO ENGELBERT	Rodolfo Engelbert

82	Gláucia C.P. Belemarowski	Gláucia
83	Gláucia Cristina Contelli	Gláucia
84	Claudete M.P. Almeida	Claudete Almeida
85	Suzana Delfino	Suzana
86	Cherli Bayerl	Cherli
87	Zenaida R. Saenger	Zenaida
88	Magna Laraine Bringham Guelon	Magna Laraine
89	Celi A.P. Perpic Knist	Celi
90	Dora A. Costa	Dora
91	Jaime A. R. Saletto	Jaime
92	Angela Lais Rotini	Angela
93	Ada Ribeiro	Ada
94	Francine Látima Romarques Andretta	Francine
95	Fauze Vanessa Ricci	Fauze
96	Almeida Cristina Zelsoni	Almeida
97	Virgínia Delbonha de Souza	Virgínia
98	Marlin F. Vilharos	Marlin F. Vilharos
99	Arthur de Lima Cavallino Pimentel	Arthur
100	Daiane Gelvao de Andrade	Daiane Gelvao de Andrade
101	Suzana S.C. Dal Pupo Ribeiro	Suzana S.C. Dal Pupo Ribeiro
102	Isabel Landreth	Isabel Landreth
103	Elaine F. Jung	Elaine
104	Maio Esp. M. J. J. J.	Maio Esp. M. J. J. J.
105	Adriane J. Santos	Adriane J. Santos
106	Patricia R. S. Bruno	Patricia R. S. Bruno
107	Daiane B. Forquarini	Daiane
108	Amaline Riccioli Matti	Amaline
109	Sandra B. da Luz	Sandra B. da Luz
110	Janis M. M. Pauletti	Janis
111	Gláucia Alves de Souza	Gláucia Alves de Souza
112	Gláucia P. F. de Almeida	Gláucia P. F. de Almeida
113	Robson V. P. Lucetti	Robson V. P. Lucetti
114	Ely R. C. Albani	Ely R. C. Albani
115	Gláucia de Fatima Beito	Gláucia
116	Carla Izangela Gregorio Vincenzi	Carla Izangela
117	Simone Fatima Duarte	Simone
118	Rosa S. Mendes	Rosa

119	José Ricardo Pereira Martins	-	off
120	Galvina Lúcia dos Santos	-	Galvina Lúcia dos Santos
121	Paula Góes de Aguiar	-	Paula Góes de Aguiar
122	Anna Luíza Dias Alcantara	-	Anna Luíza Dias Alcantara
123	Jessica Soares de Silva	-	Jessica S.
124	Cleci D. Cordeiro	-	Cleci D. Cordeiro
125	formosa Minella de Aguiar	-	formosa
126	Cloti moria de Oliveira	-	Cloti
127	Isabelia R.	-	Isabelia R.
128	Luiz T. Alazze	-	Luiz T. Alazze
129	CLAUDIO MARTINS DA CUNHA	-	Cláudio -
130	Silvana Aparecida Vargas Pinheiro	-	Silvana Aparecida Pinheiro
131	Fernando Augusto Rozinik	-	Fernando
132	Glauce Karoline de Aguiar	-	Glauce
133	Cizeli Terezinha Martins de Moraes	-	Cizeli
134	Elizabeth Otávia Correia	-	Elizabeth
135	Juliana Andreia Faria	-	Juliana Andreia Faria
136	Burioni Buarque	-	Burioni Buarque
137	Juliana AP. Moraes	-	Juliana AP. Moraes
138	Cleci Silva	-	Cleci Silva
139	Landra Marçal da Silva	-	Landra Marçal
140	Marinês dos S. Fernandes	-	Marinês dos S. Fernandes
141	Luiz Helena Zanchet	-	Luiz Helena Zanchet
142	Ana Paula França Daldorol	-	Ana Paula França Daldorol
143	Daiane Cordeiro	-	Daiane Cordeiro
144	Francieli Reis	-	Francieli Reis
145	Maria Luíza P. S. Ligeiro	-	Maria Luíza P. S. Ligeiro
146	Maria do Pilar	-	Maria do Pilar
147	Itessu Ferraz Gomes	-	Itessu
148	Luiz Maria Maranhão	-	Luiz Maria Maranhão
149	Rosângela Aparecida dos Santos	-	Rosângela
150	Nilza Klipfel Lolla	-	Nilza Klipfel Lolla
151	Leonor d. Bagnara	-	Leonor d. Bagnara
152	Márcia Faria	-	Márcia Faria
153	Roseli de Lima Francesconi	-	Roseli de Lima Francesconi
154	Cleudes Dória de Almeida	-	Cleudes Dória de Almeida
155	Cláudia da Ap. T. Brunetto	-	Cláudia da Ap. T. Brunetto
156	Daiane D. Pinheiro	-	Daiane D. Pinheiro
157	Dermomolina S. Lima	-	Dermomolina S. Lima
158	Yvonne Viater Postal	-	Yvonne Viater Postal
159	Cleide Maria dos Santos	-	Cleide Maria dos Santos
160	Isabella Fickler Bonetti	-	Isabella Fickler Bonetti
161	Roberto F. L. Rivas	-	Roberto F. L. Rivas
162	Raquel K. B. Ballinotti	-	Raquel K. B. Ballinotti
163	Kelli Lopes	-	Kelli D.
164	Daniela Perceira	-	Daniela Perceira
165	Dayane Bearetti	-	Dayane Bearetti
166	Famile Schick Perotte	-	Famile Schick Perotte
167	Fernanda M. Piazza	-	Fernanda M. Piazza

168	Adite da Apa def. Marbeto	Adite Marbeto
169	ANA VICTORIA BERTOT	Adite
170	RAFAELA CARBONARI FOGOLARI	Kelly
171	Wanete machado	Wanete
172	Sandra Patricia	Sandra
173	Taléria Ap. Schuster	Taléria Schuster
174	Monstela Florencio	Monstela Florencio
175	Kelly Cristine Wolf Defensor	Kelly Cristine Wolf Defensor
176	Ederson Basso	Ederson Basso
177	Melmon Soares de Lira	Ederson Basso
178	Marcelo S. Dumbauld	Ederson Basso
179	Elaine Regina Oliveira Pires	Elaine Regina
180	Silvana Alberton	Silvana Alberton
181	Isabele Demonde	Isabele Demonde
182	Rute Elize Gnade	Rute Elize Gnade
183	Mario Aparecido Rosa	Mario Rosa
184	Elaine Jaqueline Nicoli dos Santos	Elaine f. n. dos Santos
185	SILMA DE ARAUJO	SILMA DE ARAUJO
186	Geneli de S. Moutto Silva	Geneli
187	Angelise Ap. de Lizaro	Angelise Ap. de Lizaro
188	Jadely Martins	Angelise
189	Angélica Scottoli	Angélica Scottoli
190	Cristiane Teberanski Henriques	Cristiane T. Henriques
191	Josica, Kelyza da Luz	Josica, K. da Luz
192	Angelo C. Degio	Angelo
193	Cláudio Rodrigues de Souza	Cláudio
194	Sonia Aparecida dos Santos	Sonia
195	Silmeia dos Sts Rubeiro	Silmeia
196	Daniel S. Pancaro	Daniel S. Pancaro
197	Suzane Caldart Ralch	Suzane C. Ralch
198	Belcio Moreno de Bona	Belcio
199	IVONE STIMER	IVONE
200	Silvana Francisca de Oliveira	Silvana
201	Eych Bonfim Bertão Marquães	Eych
202	Micheli Aline Duarte	Micheli
203	Elisângela Lourdes A. Zanatta	Elisângela
204	Roberta Hadureira de Araújo	Roberta
205	Elaine R. da Silva, Justus	Elaine R. da Silva
206	Elaine Ap. da Rosa	Elaine
207	DANIEL MARIANO NENO	Daniel Mariano Neno
208	Custódia de Lima	Custódia de Lima
209	Cristiane Uclena Aparecida	Cristiane U. Aparecida
210	Clara Ap. de Quadros	Clara
211	Thais Maria Zanatta Grassi	Thais
212	Thais Maria Zanatta Grassi	Thais
213	Jonias Maria Carli	Jonias Maria
214	Adilson R. Vieira	Adilson R. Vieira
215	Joeli Apa B. Guaraná	Joeli Aparecida Guaraná
216	Elaine Aparecida dos Santos Gomes Zini	Elaine A. dos S. G. Zini
217	Willel de Fatima Gomes Meffa Caladatto	Willel Caladatto
218	Shirley Santos Kreuzberg	Shirley S. Kreuzberg

219	Suzana Lucia Pin	Suzana Pin
220	Adelino de Siqueira	Adelino de Siqueira
221	Giulio St. Amaro	Giulio St. Amaro
222	Fernanda de Alara	Fernanda de Alara
223	Mary Antunes Silva Coimbra	Mary Antunes Silva Coimbra
224	Filipe Augusto Perizzolo	Filipe Augusto Perizzolo
225	Silvane Kalsing	Silvane Kalsing
226	Maria Marlene P. Massucato	Maria Marlene P. Massucato
227	Jonie Antunes dos Santos	Jonie A. Santos
228	FABIO PERAZONI	Fabio Perazoni
229	Marcia A. Antonelli de Araujo	Marcia A. Antonelli
230	Chirley Foster	Chirley Foster
231	Tiago W. Wiltchinger	Tiago W. Wiltchinger
231	Debra C. Miller Costa	Debra C. M. Costa
233	João Gonçalves da Cruz	João G. da Cruz
234	Flavandra Philippi	Flavandra Philippi
235	Roseli Dias	Roseli Dias
236	Leandro T. Augusto	Leandro T. Augusto
237	Edisson A. Jr	Edisson
238	Evandro Gireli De Krab	Evandro Gireli De Krab
239	Fir dos Santos	Fir dos Santos
240	Emilio R. Camurça	Emilio R. Camurça
241	Franciele Capette	Franciele Capette
242	Alban Fernando dos Reis	Alban Fernando dos Reis
243	Marta SOTTO	Marta SOTTO
244	Lucas Carol MISERSKI	Lucas Carol MISERSKI
245	Flavio Milon	Flavio Milon
246	Georgine Ap. Lulionetti	Georgine Ap. Lulionetti
247	Luciano A. Pires	Luciano A. Pires
248	MAYARA LAZZARINI TOCHETTO	Mayara Lazzarini Tochetto
249	Ana Claudia Wichmann	Ana Claudia Wichmann
250	Mariana Sordi	Mariana Sordi
251	Juliane Botelho	Juliane Botelho
252	Ana Paula Amari de Brownovski	Ana Paula Amari de Brownovski
253	Carla L. Almondo	Carla L. Almondo
254	Mulypleia Oklakeski	Mulypleia Oklakeski
255	Gilvania Cortes de Souza	Gilvania Cortes de Souza
256	Albia Regina Vilhalva	Albia Regina Vilhalva
257	Mariza de Souza Oliveira	Mariza de Souza Oliveira
258	Lexiana Filbert	Lexiana Filbert
259	João C. Rossi	João C. Rossi
260	Maria Luísa Leque	Maria Luísa Leque
261	Cláudio M. dos Santos	Cláudio M. dos Santos
262	Isadora Berto dos Santos	Isadora Berto dos Santos
263	Ana Maria Borelli	Ana Maria Borelli
264	Marlize Veigas Tente	Marlize Veigas Tente
265	Mayra Veigas	Mayra Veigas
266	Alma de Souza	Alma de Souza
267		



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3875/2020

Data: 10/12/2020 - Horário: 08:34

Legislativo - PCPP 82/2020

PARECER: Projeto de Lei nº 123/2020

SÚMULA: Altera e inclui dispositivos á Lei nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006.

Autor: Executivo Municipal

Através da Mensagem nº 91/2020 o Executivo Municipal propõe alterar dispositivos da Lei nº 2.708/2008, que regulamenta o Adicional de Insalubridade.

O objetivo do presente Projeto tem por permissa, estabelecer nova Base de Cálculo da Insalubridade a ser paga aos servidores municipais.

Cumpré destacar, que a presente propositura, são pelos mesmos motivos já expostos, ou seja, em decorrência do grande número de ações junto ao judiciário, devido á inconstitucionalidade atribuída á legislação local, mais especificamente, ao contido no § 2º do art.68 da Lei nº 1.245/93.

O Executivo, com a preposição em tela, optou em determinar valores certos e determinados para os casos de insalubridade, conforme o grau e a exposição ao agentes nocivos. A proposta, além de trazer segurança jurídica ao Departamento de Recursos Humanos do Município, torna efetivos os princípios da impessoalidade e da isonomia.

Por fim, considerando a legalidade do incluso projeto e atendendo o que preceitua o art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, optamos por exarar PARECER FAVORÁVEL à regimental tramitação do Projeto de Lei.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 09 de dezembro de 2020.


Fabricio Preis de Mello - PSD
Membro- Relator


Claudemir Zanco - PL
Membro


Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD
Presidente



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

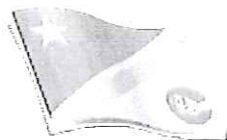


(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorfabricio@patobranco.pr.leg.br





COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

(RECESSO DE 16 a 31 DE DEZEMBRO DE 2020)

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 72 do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº 123/2020**.

Pato Branco, 16 de dezembro de 2020.

Joecir Bernardi - PSD
Presidente

Relator: V. Marinho B. Gerhardt - PSDB

Data: 16 de dezembro de 2020





COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 123/2020

Autor: Prefeito Augustinho Zucchi

Relator: Marines Boff Gerhardt - PSDB

Súmula: Altera e inclui dispositivos a Lei nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006.

RELATORIO

O projeto acima citado tem o objetivo de alterar e incluir dispositivos a Lei nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006.

ANÁLISE

A presente proposta contida neste projeto visa alterar e incluir dispositivos a Lei nº 2.708, de 11 de dezembro de 2006 com o objetivo de estabelecer nova Base de Cálculo da Insalubridade a ser paga aos servidores municipais do Executivo que, optou em determinar valores certos e determinados para os casos de insalubridade, conforme o grau e a exposição aos agentes nocivos.

A proposta, além de trazer segurança jurídica ao Departamento de Recursos Humanos do Município, torna efetivos os princípios da impessoalidade e da isonomia, porquanto trata os iguais em situações exatamente iguais, com verdadeira imparcialidade que reclama o trato da coisa e do interesse público.

Como muito bem citado tanto na mensagem do referido projeto quanto no parecer jurídico, "pipocaram" ações judiciais condenatórias em face da municipalidade, com o objetivo de declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do atual §2º, do art. 68 com citação a Súmula 4, do STF.

Estas ações estão onerando os cofres municipais e gerando um enorme desgaste jurídico.





VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto de Lei, optamos por exarar PARECER FAVORÁVEL, à sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 16 de dezembro de 2020.

Amiltom Maranoski - PL
Membro

Carlinho Antonio Polazzo -DEM
Membro

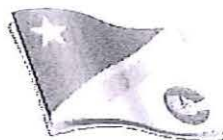
Claudemir Zanco - PL
Membro

Fabricio Preis de Mello - PSD
Membro

Joecir Bernardi - PSD
Presidente

Marínes Boff Gerhardt- PSDB
Membro- Relatora





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA - PT



À Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Pato Branco

Moacir Gregolin - Presidente

Joecir Bernardi - Vice-Presidente

Amilton Maranoski - Primeiro Secretário

Fabrizio Preis de Mello - Segundo Secretário

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3944/2020

Data: 16/12/2020 - Horário: 16:33

Administrativo

Ofício 51/2020

Pato Branco, 16 de dezembro de 2020.

URGENTE

O vereador **Gilson Feitosa - PT**, abaixo assinado, vem, perante V. Excelência, **SOLICITAR PROVIDÊNCIAS PARA RETIRADA** de Pauta dos Projetos de Lei nº 122/2020 e 123/2020 os quais tratam de alterações nas Leis nº 1245/1993 e 2708/2006, visando o tabelamento dos valores para concessão de adicional de insalubridade aos Servidores Públicos Municipais.

O pedido justifica-se tendo em vista que os Projetos acima mencionados, devem ser melhor debatidos com os servidores municipais, mas devido ao isolamento social causado pela Pandemia de COVID19, não foi possível a realização de tais reuniões.

Cabe salientar, que a aprovação dos referidos projetos influenciarão diretamente nos rendimentos mensais dos servidores, e que além disso, os Projetos deveriam ser votados em Sessão Ordinária devido sua importância.

Sem mais para o momento, se protestos de elevada estima e consideração.

José Gilson Feitosa da Silva



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532

<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br





COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 123/2020.

Pato Branco, 10 de dezembro de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo - DEM
Presidente

Relator: _____

Data: _____





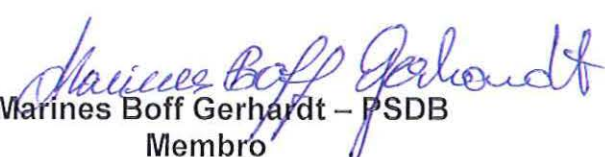
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO


ATA Nº 01/2020

Na data de dezesseis de dezembro de 2020, foi realizada reunião da Comissão de Representação para tratar dos projetos que estão em tramitação para emitir parecer, no gabinete dos vereadores, membros da Comissão de Representação. Estavam presentes os Vereadores, Joecir Bernardi – PSD (Presidente da Comissão), Marines Boff Gerhardt – PSDB (Membro), Amilton Maranoski – PV (Membro), Fabricio Preis de Mello – PSD (Membro), Carlinho Antonio Polazzo – DEM (Membro) e Claudemir Zanco - PL. O **Vereador Joecir Bernardi - PSD** exarou parecer favorável aos Projetos de Lei nº 149/2020 e 233/2020 e Projeto de Lei Complementar nº 8 e 9 de 2020. O **Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD**, emitiu parecer favorável aos Projetos de Lei nº 230/2020, 231/2020 e 232/2020. O **Vereador Amilton Maranoski - PL** exarou parecer favorável aos Projetos de Lei nº 212/2020 e Projeto de Lei nº 229/2020. O **Vereador Claudemir Zanco - PL**, emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 228/2020 e Projeto de Lei nº 234/2020. A **Vereadora Marines Boff Gerhardt - PSDB**, exarou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 122/2020, Projeto de Lei nº 123/2020, Projeto de Lei nº 191/2020 e Projeto de Lei nº 194/2020. Por fim o **Vereador Carlinho Polazzo - DEM** emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 164/2020 e Projeto de Lei Complementar nº 11/2020. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Assessora ad hoc, Kelen Rossi, que a redigiu e lavrou, pelo Presidente da Comissão de Representação que dirigiu os trabalhos e pelos membros que estiveram presentes.


Pato Branco, 16 de dezembro de 2020.



Joecir Bernardi – PSD
Presidente/Relator



Marines Boff Gerhardt – PSDB
Membro


Amilton Maranoski - PL
Membro


Carlinho Polazzo - DEM
Membro


Fabricio Preis de Mello - PSD
Membro


Claudemir Zanco - PL
Membro


Kelen Aparecida Rossi
Assessora Parlamentar





Ofício nº 1/2021/DL

Pato Branco, 5 de janeiro de 2021.

Senhores:

Encaminhamos, para conhecimento e providências, relação anexa, contendo as proposições não apreciadas na legislatura anterior (2017-2020).

- * 2 Projetos de Lei Complementar;
- * 2 Projetos de Resolução;
- * 1 Proposta de Emenda à Lei Orgânica
- * 50 Projetos de Lei Ordinária.

Referidas proposições deverão ser arquivadas, mediante determinação da Mesa Diretora, conforme inciso XII do art. 30 do Regimento Interno.

“Art. 30. Compete à Mesa da Câmara entre outras atribuições:

...

XII - determinar, no início da legislatura, o arquivamento de proposições não apreciadas na legislatura anterior.”

Atenciosamente.

Eliana Scariot Amorim
Coordenadora do Departamento Legislativo

Senhor **Joecir Bernardi**
Presidente da Mesa Diretora - Sessão Legislativa de 2021
Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

Recebi em 05/01/21
BRANDÃO
1º SEC.
Recebido 05/01/21
THANIA
2º SEC.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / legislativo@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR LINDOMAR BRANDÃO - DEM



Eliana Scariot Amorim
Coordenadora do Departamento Legislativo

Ofício nº 1/2021/GLB

Pato Branco, 05 de janeiro de 2021.


Os vereadores membros da Mesa Diretora, abaixo assinados, em resposta ao Ofício nº 1/2021/DL, solicitam o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura 2017-2020, estando cientes dos dois Projetos de Lei Complementar, dois Projetos de Resolução, uma Proposta de Emenda a Lei Orgânica e cinquenta Projetos de Lei Ordinária.

Sem mais para o momento, se protestos de elevada estima e consideração.


Joedir Bernardi
Presidente


Claudemir Zanco
Vice Presidente


Lindomar Rodrigo Brandão
Primeiro Secretário


Thania M. Caminski G.
Segundo Secretário

Recebido em:
6/1/2021
Amorim





PLO 123/2020 - Projeto de Lei Ordinária

Mensagem nº 91/2020

Ementa: Altera e inclui dispositivos à Lei nº 2708, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

(A Lei nº 2708, de 2006 alterou o artigo 68 e regulamenta o artigo 70, da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, estabelecendo os percentuais para pagamento de adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade de que trata o artigo 68 da mesma lei. O objetivo é estabelecer nova Base de Cálculo da insalubridade a ser paga aos servidores municipais. Para os casos de insalubridade, o adicional será pago ao funcionário ou servidor de acordo com a classificação nos graus Máximo, Médio e Mínimo, correspondendo, respectivamente, aos seguintes valores: Grau Máximo: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais); Grau Médio: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais); e Grau Mínimo: R\$ 110,00 (cento e dez reais). Reajustado, anualmente, no mês de março, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)

Autor: Augustinho Zucchi - Prefeito Municipal 2017 a 2020

Protocolo: 1870/2020 **Data de entrada:** 3 de julho de 2020

Leitura em Plenário: 6 de julho de 2020

Encaminhado para Parecer Jurídico em: 7 de julho de 2020

Emitido em: 14 de julho de 2020

Comissão de Justiça e Redação

Distribuído em: 15 de julho de 2020

Relator: Joecir Bernardi – PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 22 de julho de 2020

Comissão de Políticas Públicas

Distribuído em: 22 de julho de 2020

Relator: Fabricio Preis de Mello – PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 10 de dezembro de 2020

Comissão de Representação

Distribuído em: 16 de dezembro de 2020

Relator: Marines Boff Gerhardt - PSDB

Data Anexação do Parecer Favorável: 16 de dezembro de 2020

VOTAÇÃO SIMPLES

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 17 de dezembro de 2020 – Retirado de pauta para melhor análise da matéria, com o apoio dos vereadores presentes.

ARQUIVADO em: 6 de janeiro de 2021, considerando a determinação da Mesa Diretora através do Ofício nº 1/2021, datado de 5 de janeiro de 2021, atendendo o disposto no inciso XII do art. 30 do Regimento Interno.

